

ANTROPOLOGIA

O modelo agrícola guarani

Há quase dois anos o antropólogo paulista Rubem Thomaz de Almeida, de 27 anos, executa um trabalho inédito de desenvolvimento comunitário entre os índios caiuás da aldeia Takuapiry, perto de Dourados e Ponta Porã em Mato Grosso. Como a experiência vem dando certo, em 1978 contará com recursos da Fundação Nacional do Índio (Funai). Dentro de alguns anos, com ou sem sucesso, Almeida publicará as suas conclusões em forma de tese de pós-graduação em Antropologia pela Universi-

no e Alcides Martins aprovam as palavras do chefe movendo a cabeça para a frente e para trás.

Membros da raça guarani, os caiuás estão fazendo algo sem precedentes nas 200 aldeias indígenas que atualmente subsistem no Brasil. As roças comunitárias foram iniciadas em Takuapiry em julho de 1976 com a participação de apenas dez índios. Atualmente, há 44 caiuás empenhados nesse novo tipo de trabalho. E pelo menos outros sessenta índios são "candidatos" declarados às

em 1976 pela Funai para participar de um grupo de trabalho que elaborava um projeto de desenvolvimento comunitário indígena na área. Por falta de verba, o projeto não foi executado pela Funai. Mas, mesmo com a equipe dissolvida, Almeida decidiu ficar junto dos caiuás, disposto a fazer sozinho o que a Funai não poderia fazer. Bolsista da entidade alemã Brot Für Die Welt (Pão para o mundo), ele começou a receber ajuda de igrejas protestantes para financiar seu projeto. Pouco dinheiro: 21 000 cruzeiros em 1976 e 155 000 em 1977.

Com essas somas ele comprou sementes, ferramentas agrícolas e alimentos para o início das lavouras do grupo pioneiro de índios que se dispôs a trabalhar por conta própria, coletivamente. "Os índios decidem tudo, eu apenas dou sugestões", esclarece Almeida. A experiência deu certo. Em março de 1977, os índios de Takuapiry colheram o resultado de seu trabalho: 100 sacos de arroz e de milho. O arroz foi reservado para alimentação e a venda do milho rendeu 375 cruzeiros para cada um dos participantes. Em 1977, com a ampliação da área plantada para 60 hectares e o maior número dos índios participantes, calcula-se que a colheita deve render, em março, cerca de 6 000 cruzeiros para cada índio. Natural, pois, que haja cada vez mais índios interessados nas kokuê-guaçu.

Como no passado — "É um erro querer oferecer ou impor ao índio modelos de produção que escapam à sua compreensão", afirma o antropólogo. "As suas formas tradicionais de produção devem ser preservadas e estimuladas." Como os 6 000 caiuás existentes no Brasil são índios tradicionalmente comunitários, com o hábito de dividir tudo o que produzem, o projeto de Takuapiry procura reeditar, com um pouco mais de sofisticação, um sistema de trabalho coletivo há muito abandonado pelos índios. Desde os seus primeiros contatos com o homem branco, no final do século passado, os caiuás foram abandonando gradativamente as suas tradicionais roças de subsistência, onde, pelo costume, o chefe da família era o dono. Nelas trabalhavam o pai, os filhos e os genros. A colheita era distribuída entre todos, de forma a garantir a sobrevivência pelo ano inteiro. O excedente produzido era consumido numa grande festa.

A diferença entre as roças antigas e as novas é que as atuais são maiores e o excedente é vendido, permitindo aos índios adquirir roupas, calçados, novas ferramentas — ou outras coisas que quiserem. Há, também, a presença do antropólogo — algo como um conselheiro, um intermediário, cheio de escrúpulos para não interferir diretamente na ma-

continua na página 52



SERGIO SADE

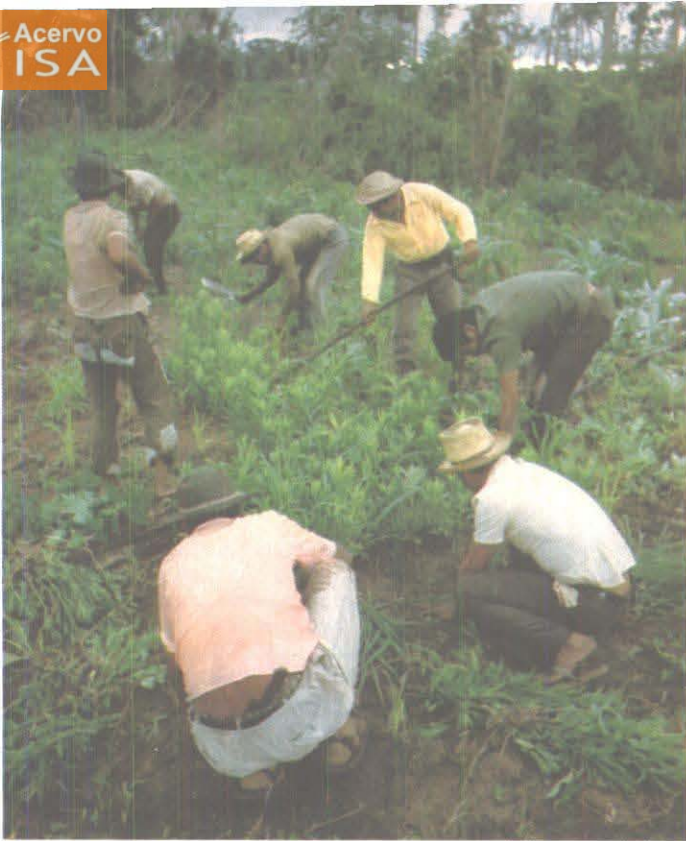
Os caiuás numa de suas reuniões em Takuapiry: voltando à vida antiga

dade de São Paulo. Recentemente, o repórter Francisco Malfitani e o fotógrafo Sérgio Sade, de VEJA, visitaram Takuapiry. Sua reportagem:

Um grupo de doze índios está reunido no meio de sua kokuê-guaçu, roça coletiva de 13 hectares. Discutem os progressos de sua lavoura, falam da necessidade de ampliá-la e vão se entusiasmando — até que, de repente, o líder do grupo, "capitão" Cantalício, ergue a voz e faz um discurso programático. "Temos que trabalhar para nós mesmos. Chega de trabalhar para brancos. Só assim vamos melhorar nossa situação. No ano passado poucos acreditavam no nosso trabalho. Hoje muitos querem se juntar a nós." Ouvindo em silêncio, os índios Mariano, Alcides Alves, Miguel, Elício, Hipólito, Ângelo, Quintano, Noda, Ambrósio, Miguel Ca-

oportunidades de trabalho coletivo que surgirem. Daqui a dois anos, provavelmente, a quase totalidade dos homens desta aldeia de 600 pessoas estará engajada nas kokuê-guaçu — uma forma de lavoura feita pelos índios no passado e abandonada paulatinamente desde o contato com os brancos, há cerca de oitenta anos. "A chave do sucesso está na filosofia de trabalho. E a filosofia é deixar que o índio continue a ser índio", explica o antropólogo Rubem Thomaz de Almeida.

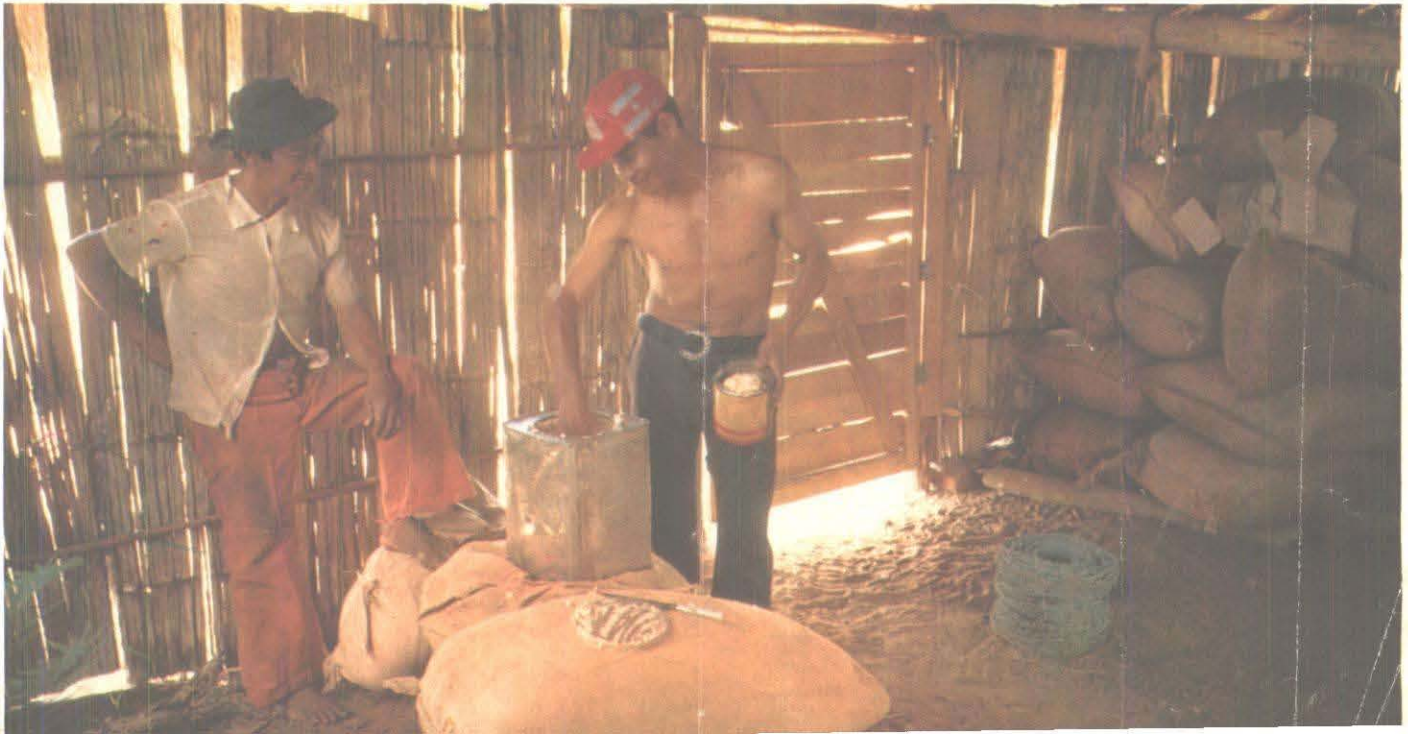
Pouco dinheiro — Almeida está entre os índios desde 1973, quando estagiou numa aldeia guarani do Paraguai, onde etnólogos estrangeiros tentavam trabalhos de "desenvolvimento comunitário" no meio indígena. Nos anos seguintes, ele andou estudando os caiuás da região de Dourados, até ser contratado



Como faziam seus antepassados antes do contato com o homem branco, os caiuás de Mato Grosso estão voltando aos trabalhos da roça coletiva. Estimulados por um cientista, os homens cultivam a terra, enquanto as mulheres fazem em casa o beneficiamento dos produtos das lavouras. Admiradores do sistema militar, os índios caiuás são chefiados por um "capitão" que armazena os alimentos da comunidade.



FOTOS SERGIO SADE



continuação da página 50

neira de ser dos índios. "Desenvolvimento comunitário, na minha opinião, não é investir grandes somas de dinheiro, dar um trator, fazer uma escola", diz Almeida. "É ensinar os índios a se desenvolverem sozinhos." Desse modo, os três grupos de caiuás que possuem roças comunitárias na aldeia de Takuapiry se reúnem periodicamente para decidir o que, quanto e onde plantar, quais os produtos vendáveis e quais os armazenáveis.

Nessas reuniões, Almeida fica ouvindo; ele só opina quando é solicitado. E mesmo sendo quem arranja o dinheiro para financiar as roças — os índios não se preocupam em pagar o emprestado, pois isso não entra na sua forma de pensar —, Almeida não se mete nas decisões dos índios. Quem guarda sementes, ferramentas e alimentos é o chefe máximo da aldeia, o "capitão" Tonico, escolhido por consenso como líder da aldeia, sem eleição, votação ou candidaturas. Como chefe, faz o que a maioria decide. Antes de resolver qualquer coisa, ouve a todos.

Sistema militar — A expressão "chefe" foi substituída hoje pela de "capitão", porque os caiuás apreciam o sistema militar, tanto que muitos índios vestem roupa de soldado. Chamado "Paraguaio" pelos índios, Almeida habita uma das casas caiuás feitas de taquara e sapé dentro dos 600 hectares da aldeia Takuapiry. Apenas esporadicamente, a cada dois ou três meses, retorna à sua casa em São Paulo, onde permanece poucos dias, dedicando-se a contatos na área universitária, pois continua ligado à USP. "Cada vez que volto a São Paulo, sinto ainda mais que o meu lugar é no meio dos índios", confessa ele.

As roças comunitárias de Takuapiry tendem aparentemente a substituir um trabalho que os caiuás decididamente não apreciam: a "changa", trabalho avulso nas fazendas dos brancos, onde ganham em média 40 cruzeiros por dia para derrubar mata, limpar terra ou fazer colheita. O contrato de trabalho é feito pelos fazendeiros com o chefe do posto da Funai na aldeia, que luta para manter a igualdade dos salários em relação aos trabalhadores brancos. O que mais contraria os índios na "changa" é a exigência de horário rígido, uma coisa inteiramente contrária à psicologia e aos hábitos indígenas.

Almeida observa: "Trabalho para eles

é a 'changa'. Roça comunitária é divertimento". No entanto, o tipo de serviço executado é o mesmo. Como explicar isso? Luiz Rogério Pereira, gaúcho de 34 anos que chefia o posto da Funai em Takuapiry, entusiasta dos projetos do antropólogo Almeida, diz que o índio tem sua própria estrutura de trabalho. "A velocidade de trabalho do índio é diferente da dos homens brancos. Ele é mais vagaroso, porque não é ambicioso. Por isso é chamado de vagabundo." No entanto, a suposta indolência indígena tem explicação na sua psicologia. Sem nenhuma preguiça, eles le-



O antropólogo Almeida e "capitão" Cantalício

vantam às 6 horas da manhã e vão trabalhar em suas roças coletivas.

Trabalho avulso — Pelas 9 horas, quando o sol vai ficando alto, eles param o trabalho e se reúnem para tomar tererê (chimarrão com água fria) e conversar. Voltam ao trabalho após uma hora, e no meio da tarde se acorram para outra sessão de tererê temperado com muita prosa. "É um sistema milenar dos índios", explica Almeida. "Outro dia", conta o chefe do posto da Funai, "ouvi um velho branco chamando os índios de vagabundos e cachaceiros porque tinha visto dois deles jogando bilhar no boliche numa segunda-feira. Eu respondi ao velho: vai ver se nos bares da cidade não tem branco jogando bilhar e tomando cachaça. Garantindo que tem muito mais branco do

que índio. Depois, quem foi que ensinou o índio a jogar bilhar e a tomar cachaça?"

É voz geral entre os índios que a "changa" não passa de bico temporário, enquanto as kokuê-guaçu se apresentam como uma solução provavelmente definitiva. Miguel, um caiuá de 22 anos que dá aulas de português e guarani na aldeia, garante: "É muito melhor trabalhar só com índio. Aqui vai pra frente". O "capitão" Tonico acrescenta: "Pessoal só vai pra changa pra ganhar algum dinheiro, comprar panela e roupa. Como a roça também dá dinheiro, ninguém precisa mais sair pra changa".

A experiência desenvolvida em Takuapiry vem sendo acompanhada com muito interesse por cientistas que não tiveram oportunidade de realizar trabalhos desta profundidade entre os índios. O professor Egon Schaden, de 64 anos, um dos mais experimentados antropólogos brasileiros, acha que o trabalho assalariado é responsável pela miséria e a desagregação cultural dos índios, e afirma: "Só pelo fato de os caiuás estarem abandonando a changa, querendo trabalhar nas roças comunitárias, já podemos dizer que o trabalho desse rapaz é bom". Segundo Schaden, a principal virtude da experiência de Takuapiry é o respeito à cultura e aos métodos de trabalho dos índios.

Apoio da Funai — Ali ocorre o oposto de situações equivocadas como a dos índios xokleng, de Santa Catarina, lembra Schaden. Quando a caça terminou na reserva dos xokleng — índios caçadores —, a Funai enviou para lá algumas dezenas de cabeças de gado, supondo talvez que, por analogia, os xokleng se tornassem criadores de bovinos. Na realidade, o pequeno rebanho enviado pela Funai, por analogia, foi caçado a flecha pelos índios catarinenses, e logo acabou. É por isso, observa Almeida, que alguns projetos da Funai que contam com tratores não funcionam, pois os índios não estão acostumados às técnicas inerentes ao uso das máquinas.

É possível que a experiência pioneira de Takuapiry abra caminho para uma mudança de rumo na orientação da Funai. O presidente da Fundação, general Ismarth de Oliveira, está aguardando um relatório do antropólogo para liberar recursos que engajem maior número de índios às roças comunitárias. Fiel a sua filosofia de trabalho, Almeida vai preparar o relatório em companhia do chefe do posto da Funai em Takuapiry. E, naturalmente, vai consultar os caiuás sobre a "oficialização" das kokuê-guaçu. A idéia de que o índio deve decidir seu futuro está inscrita formalmente nos fundamentos da política indigenista, mas não tem sido observada — exceto em Takuapiry.